

A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NOS CORDEIS DE JANETE LAINHA COELHO¹

Andréia Batista Lins
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profa. Sandra Maria Pereira do Sacramento
Doutora em Letras Vernáculas – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Estadual de Santa Cruz

Resumo: Objetiva-se traçar a representação do feminismo na história da humanidade, tendo como *corpus* a leitura e análise de cordéis sul-baianos da autoria de Janete Lainha Coelho, produzidos na última década do século XX. Pretende-se contribuir para uma melhor compreensão do papel e do modo como a mulher era vista ao longo da história, de modo a estabelecer uma nítida cronologia dos caminhos trilhados pelo feminismo. Para tanto, promover-se-á uma discussão delineada das ondas do feminismo atrelada à análise de cordéis.

Palavras-chave: Literatura popular brasileira. Janete Lainha Coelho – Literatura de cordel. Cordeis Sul-baianos.

Abstract: The aim is to trace the trajectory of feminism in the history of humanity, being like *corpus* the reading and the analyzing of twines from Southern Bahia written by Janete Lainha Coelho, produced in the last decade of the twentieth century: It is intended to contribute to a better understanding of the mode and how the woman was seen throughout history in order to establish a clear chronology of the ways taken by feminism. To do so, it will promote a discussion outlined the three waves of feminist together will be done the analysis of twines.

Keywords: Brazilian Popular Literature. Janete Lainha Coelho – *Cordel* Literature. Southern Bahia *Cordeis*.

1. Refletindo sobre as ondas do feminismo

Conhecer as lutas, os interesses, o papel da mulher na sociedade, ainda é uma conquista que se tem feito vagarosamente, apesar dos avanços significativos registrados com o

¹ Este artigo compreende uma análise preliminar de parte do *corpus* que integra o projeto de pesquisa *A construção do universo feminino em cordéis Sul-Baianos*, que vem sendo desenvolvido ao longo do mestrado acadêmico em Letras: Linguagens e Representações, na linha *Gênero, Hibridismo e Nação*, e que comporá a dissertação a ser apresentada no primeiro semestre do ano de 2012.

dinamismo e o investimento em pesquisas acadêmicas, que têm elegido as manifestações da mulher e da luta do feminismo como objeto central de investigação. Prova disso, são os poucos estudos concernentes às conquistas travadas pelas mulheres ao longo dos tempos. O que se tem, no mais, é ínfimo diante dos escritos a respeito da trajetória do homem na extensão da história. O discurso do homem tido como meritório fez com que restasse à mulher, apenas o silêncio. Os detentores dos direitos sobre a escrita e a representação verbal, durante muito tempo foram os homens. No interior do lar, no ambiente doméstico, a mulher tinha seu único espaço de manifestação, embora não totalitário.

O tempo, com suas nuances, sem dúvida, vem gradativamente proporcionando à mulher papéis diferenciados. As conquistas têm rompido com um passado de demérito e de descrédito para com a figura feminina. Apesar de tudo, são contundentes as disparidades que existem e que distanciam homem e mulher. O homem ainda é visto como superior, forte e mais produtivo que a mulher, conservando o quadro de discriminação ao feminino.

O trajeto do papel da mulher durante toda a história da humanidade se fez de forma inferior. Primeiro, a alternativa de sobrevivência segregou a mulher na família, ao protecionismo do pai. Depois, no palco do casamento, a obediência é ao marido. Massacrada, a mulher teve que se contentar com uma apresentação secundária. Embora tenham ocorridos inúmeros movimentos feministas ao longo da história, a luta para conseguir direitos, que a igualem aos dos homens, persistem coativamente. Não é tarefa fácil, requer comprometimento e muito trabalho, não é à toa que diversas intelectuais têm-se devotado em prol da causa. O processo acontece lentamente, barreiras estão sendo derrubadas durante todo o percurso de lutas. Embora a literatura sobre tais feitos seja considerada tímida, por alguns estudiosos, se faz muito significativa, pois é através dos estudos desenvolvidos pelos diversos teóricos, das mais várias áreas do conhecimento, que se pode hoje navegar com mais segurança no aprofundamento das questões sobre a mulher.

Há que se reconhecer que não existe uma identidade única entre as mulheres, mas identidades múltiplas, o que coloca por terra o paradigma difundido pela corrente

historiográfica da existência de um sujeito humano universal. O estudo histórico da mulher, nas sociedades, serve para mostrar que o sujeito da história não pode ser encarado deixando-as de lado.

A história das mulheres ganhou expressivo impulso, nas últimas duas décadas, centrando-se de modo inicial na descrição dos papéis do feminino no fórum privado, denunciando o encerramento da mulher nesse espaço. Em seguida, reconstruindo o percurso histórico da constituição das lutas, dos direitos, dos benefícios e vantagens que as mulheres conquistaram, na tentativa de romper com o estereótipo do sexo frágil. Nesse sentido, os trabalhos de Michelle Perrot (1998, 2005), Nelma Aguiar (1997), Joan Walach Scott (2002), Eduardo de Assis Duarte (2002), Simone de Beauvoir (2009), Judith Butler (2001), Helena Hirata et al. (2009), Roger Chartier (1991), dentre outros, contribuem para uma ruptura radical, que separa a mulher do presente da mulher do passado, permitindo o estabelecimento de uma nítida cronologia quanto à evolução histórica do feminismo e da compreensão das diretrizes que o acompanharam e o moldaram historicamente.

Segundo Chartier (1991, p. 114), à mulher era vedada a participação no aprendizado da escrita e da leitura e a frequência a aulas que não fossem as da prenda do lar. No fórum da história da vida privada, este autor ainda pontua que tanto a mulher quanto as crianças, na Idade Média, passam por despercebidas da vida social, ocupando espaço em segundo plano. Até mesmo nos relatos escritos, encontrados nos diários, e nas memórias dos homens da Idade Média, a caracterização do espaço privado, traz à baila um painel documental de depoimentos sobre a família, a mulher/ a esposa e a criança não satisfatório.

Para Foisil (1991), é difícil penetrar na vida privada e na vida íntima tanto nas famílias da Idade Média quanto nas da Moderna. Para esta autora, a mulher era sem voz e sem vez, ou seja, sem direito à manifestação social, subordinada ao voto de fidelidade e obediência ao pai e ao marido. Apoiada, numa série de documentos históricos, a exemplo de autobiografias, diários, *livres de raison* e memórias, Foisil se debruça sob a tentativa de entender como as mentalidades perceberam a vida privada contida nos relatos do *corpus* por ela eleito, abarcando, sobretudo, os séculos XVII e XVIII.

Comparando diários franceses e ingleses escritos por homens chefes de família, ela percebeu, nestes últimos, uma riqueza maior de detalhes sobre a família, a mulher/a esposa e a criança. Ela identificou que somente a partir do século XIX as ideias feministas começam a se estruturar em busca de espaço.

Diante desse quadro, para melhor compreender a trajetória das lutas travadas pelo público feminino, se tem optado por uma tripartição estrutural dos períodos históricos, em que se inserem. Essa organização assemelha-se a ondas, por isso mesmo são assim denominadas. O feminismo, portanto, pode ser conhecido a partir de três ondas. A primeira tem origem, nos fins do século XVIII, com a Revolução Francesa, atravessando o século XIX, alcançando as primeiras décadas do século XX e compreende as manifestações iniciais. A segunda refere-se ao período, que vai dos anos 60 ao final dos anos 80 do século XX, e abarca as lutas pela igualdade entre os sexos. A terceira onda tem início dos anos 90 e se estende aos dias atuais, em resposta às lacunas deixadas pela segunda onda.

Ao que se refere à primeira onda, durante todo o período que ela compreende, agrega uma série de movimentos feministas que se relacionam diretamente às distintas correntes políticas e ideológicas. Está arraigada por todo o percurso percorrido pela mulher, como ser secundário, subordinado à figura masculina. Até pouco tempo a tarefa que lhe era reservada restringia-se aos trabalhos domésticos, cuidar da casa, do marido e dos filhos, configurava-se em atividade única e inquestionável, aceitava-se com tranquilidade o que lhe era proposto, a educação recebida a fazia respeitar e aceitar sem atritos. A Revolução Francesa conseguiu proclamar a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, em 1789, todavia, os resultados esperados, no que tange à igualdade entre homens e mulheres não se efetivaram. Cidadania e poder continuaram restritos aos homens. A Declaração mostrava visão, portanto, plenamente masculina.

Olympe de Gouges, francesa, insatisfeita com o documento que previa a exclusão das mulheres, reage dois anos depois, trabalhando na escrita da “Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs”. Gouges alegou que a disparidade existente entre os sexos “não deveria servir de respaldo para a desigualdade de direitos entre os mesmos (ZENAIDE et al., 2008, p. 43). Para Scott (2002), trata-se de um tratado inspirado no de

Jean-Jaques Rousseau. Ela delinea uma versão própria do contrato social, adicionando “observações sobre filosofia, ciência, progresso, uma lista de propostas de reforma política, além de comentários sobre a situação do teatro da época” (p. 27).

Em 1792, Mary Wollstonecraft contribuiu significativamente nesse processo com a obra “*Vindication of the rights of woman*”, antecipando em mais de um século a “postura crítica – e de cunho político, aliando reflexão e práxis – presente nos diversos feminismos posteriores, bem como na própria filosofia contemporânea”, como aponta Eduardo de Assis Duarte, em “Feminismo e desconstrução anotações para um possível percurso” (2002, p. 17-18). Wollstonecraft reivindicou o direito de cidadania e uma educação igualitária entre os dois sexos, apesar de admitir a superioridade física dos homens. Ela termina por considerar as mulheres como seres mais preocupados em se fazer “amantes sedutoras que esposas afetuosas e mães ajuizadas” (DUARTE, 2002, p. 18).

O secundarismo apresentado pela imagem da mulher durou vários anos, mas não quer dizer que tenha acabado, pois, em algumas culturas, o homem ainda assume total poder sobre a mulher, ao ponto de representá-la perante a sociedade. Contudo, nas demais culturas, a mulher tem conseguido espaço na sociedade dita patriarcal. A mulher é sempre vista como um ser que diante do sexo oposto, o homem, apresenta incompletudes, o que a torna inferior, logo, distante de alcançar qualquer direito de igualdade de sexo.

Michelle Perrot (2005) postulou que, no século XIX, homens e mulheres possuíam campos distintos de apresentação. “Aos homens, o público, cujo centro é a política. Às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico e a casa” (p. 459). No que diz respeito à noção de gênero, este é visto como algo natural. Homens e mulheres “são identificados com seu sexo; as mulheres são condenadas ao seu, ancoradas em seus corpos de mulher chegando a ser por eles presas cativas (p. 460).

Coadjuvante, sempre foi o papel assumido pela mulher e que está impresso na história. As mulheres, segundo Scott (2002, p. 23), desenharam uma história “que não poderia ter se afastado das grandes metas de evolução do seu tempo”. Por isso mesmo, “uma

história teleológica, que progride cumulativamente em direção a um objetivo não atingido” (SCOTT, 2002, p. 23), na qual as mulheres identificam em seu interior mecanismos de luta contra a exclusão de que é vítima.

As constantes lutas deram à mulher respaldo para sair do lugar que a tradição patriarcal a colocou – o lar. Sem voz nem reconhecimento, as possibilidades lhe eram sufocadas. Os primeiros passos de busca restringiram-se a ter o direito de ir à escola, no intuito de saber ler e escrever, direito este oferecido apenas aos homens, os “seres completos”.

Os movimentos feministas, no final do século XX, segundo Scott, evidenciavam uma espécie de história da mulher que, sem refletir sobre questões como progresso, autonomia e a imprescindível escolha que deverá haver entre igualdade e diferença, reproduz, sem discutir, “os termos do discurso ideológico sob cujos efeitos o feminismo tem operado. Na verdade, o que lhe tem faltado é o devido distanciamento analítico”. (SCOTT, 2002, p. 23).

O cenário da primeira onda, marcado como se disse por distintas redes de pensamento político-ideológicas, a exemplo das expressões liberais, cristãs, socialistas e anarquistas, é preenchido por lutas e conquistas pontuais e ainda pelo insistente empenho em prol do acesso à educação e às atividades trabalhistas remuneradas. Também se pode perceber, nesse momento histórico, a batalha das mulheres para exercerem sua cidadania através da conquista do direito de poderem escolher os representantes políticos da nação, e também de elas mesmas se candidatarem.

Nos Estados Unidos e na Inglaterra, o foco firmou-se na luta ativista pelo poder político, no desejo das mulheres em participar ativamente do cenário político-social através do voto. A primeira vitória delas se registrou, em 1918, logo após a Primeira Guerra Mundial, com a aprovação do direito ao voto. Pontue-se que, durante a Primeira Guerra, com o deslocamento de grandes contingentes de homens para a luta nas trincheiras, a mão de obra feminina passou a ser largamente utilizada nas indústrias, principalmente, na de armamentos. Com isso, as mulheres ganharam, na Europa, espaço maior. A substituição do trabalho masculino pelo feminino produziu algo inédito, até então: a reivindicação pela igualdade de direitos pelas mulheres.

De acordo com Peixoto Batista (2005), em artigo intitulado “Mulheres em tempos de guerra: análise do comportamento e da moda feminina nos anos 20 e 50”, a mulher nessa época tentava imitar as formas e os gestos masculinos, o que se manifestava através da vestimenta e do hábito de fumar em público. A decepção das mulheres para com os homens era grande. Elas queriam tentar conduzir uma vida, sem eles, já que descobriram no tempo de guerra, como executar suas funções. De certa forma, conseguiram perceber que a figura masculina não era tão necessária quanto se imaginava e que poderiam se igualar aos homens sem perder a feminilidade e a leveza características do ser feminino. Para Beirão (2004, p. 22), na tentativa de conseguir sua emancipação, as mulheres “passaram a demonstrar um comportamento lascivo através do desnudamento do corpo, sinal de liberdade na época” (BEIRÃO, 2004, p. 22).

Tudo isso é firmado e ganha novo impulso com o direito ao voto. Porém, apesar de aprovado em 1918, ele apenas se destinava às mulheres com idade igual ou superior a 30 anos. Somente dez anos depois, é que tal benefício foi estendido àquelas com idade acima de 21 anos. A preocupação feminina, no entanto, não era apenas com a obtenção e desfrute dos direitos políticos. Elas empreenderam esforços na defesa das prerrogativas sexuais e reprodutivas, ou seja, na também obtenção do direito sobre o próprio corpo, o direito de abster-se de relações sexuais, respeitando sua vontade, com o intuito, sobretudo, de prevenir a gravidez inoportuna.

No cenário brasileiro, vale um retorno rápido ao final do século XIX. O ano de 1871 marca o ingresso das mulheres nas chamadas Escolas Normais. Essas unidades escolares tinham currículos específicos destinadas à ministração para as mulheres, um ensino diferenciado daquele voltado para os homens. Durante muito tempo, apenas eles tinham acesso ao aprendizado escolar.

O empenho das feministas pela conquista do sufrágio teve como ponto de partida o ano de 1910, quando Deolinda Daltro funda no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino. Também, neste mesmo período, por iniciativa de Bertha Lutz, se deu a criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, que, em 1922, passou a ser a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. O percurso da luta pelo

direito ao voto começa, no Rio Grande do Norte, em 1928, alcança aos poucos as demais unidades federativas do país, conquistando o reconhecimento oficial, em 1932, com o Código Eleitoral e dois anos depois com a Constituição de 1934.

Uma extensão da primeira, a segunda onda do feminismo preocupou-se com a igualdade entre os sexos e com o fim da discriminação. Simone de Beauvoir aparece como uma das grandes representantes da primeira onda. A obra que a fez ser reconhecida, *O Segundo Sexo* (1949), traça um estudo de grande pertinência a respeito da mulher e seu papel na sociedade. Beauvoir depreende que a mulher se mostrou ao longo da história, obediente ao homem. Pensar sobre a mulher, defini-la, somente a partir do homem, a referência se constituía nos pilares da masculinidade. A mulher diferencia-se e firma-se em relação ao homem, “e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2009, p. 17).

Classificada como o segundo sexo, numa ideia de binarismo, a mulher é o Outro. “Ela é o Outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro.” (BEAUVOIR, 2009, p. 20). Escrava do homem, silenciada, a imagem da mulher é de um ser oprimido, haja vista que não existia a igualdade entre os sexos. Embora a mulher tenha conseguido alguns direitos, como o de igualdade, na prática, percebe-se que não é bem assim, pois em boa parte dos países

seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito do que suas concorrentes recém-chegadas (BEAUVOIR, 2009, p. 21).

A segunda onda é vista como um prolongamento da primeira, diferenciando-se desta pelo maior dinamismo aplicado às questões de luta pela igualdade entre homem e mulher e pelo fim da discriminação nessa seara. Emerge nas décadas de 60 e 70 do século XX, tendo por ponto de referência dois fatos marcantes, promovidos pela Organização das Nações Unidas: o Ano Internacional da Mulher, em 1975, e a Década da Mulher, de 1976 a 1985. A partir desses marcos, a mulher foi conquistando, cada vez mais, posições rumo a uma equiparação com o homem, como a inserção maior no

mercado de trabalho, nas escolas técnicas e no meio acadêmico, sem mencionar sua presença constante no movimento democrático.

Segundo aponta Rodrigues (2002, p. 2),

a partir dos anos 70, os movimentos feministas elaboraram amplas e profundas teorizações sobre a condição das mulheres e as relações entre mulheres e homens, apresentando propostas de mudanças: tanto em uma feição cultural, de afirmação de valores e de novas mentalidades; quanto em uma feição de intervenção política, mediante legislação e políticas públicas.

Os movimentos feministas procuram estabelecer um diálogo estrito com movimentos outros de natureza social. Isso serve para que os movimentos de cunho feminista assumam e consolidem sua identidade. Dessa forma, podem eles ainda questionarem as discrepâncias e contradições dos movimentos sociais e dos próprios partidos políticos por descuidarem da crítica e do combate à dominação patriarcal e ao sexismo presentes mesmo nas práticas e formações políticas que se reconhecem como democráticas e socialistas (RODRIGUES, 2002, p. 2).

Ora, vale pontuar que as apregoações de Simone de Beauvoir se difundiram com maior proporção durante a segunda onda do feminismo. O “Segundo Sexo” trouxe a perspectiva do existencialismo da autora, em que evidencia a mulher, como uma construção social, vista como “o outro”. “O Outro é a passividade diante da atividade, a diversidade que quebra a unidade, a matéria oposta à forma, a desordem que resiste à ordem. A mulher é, assim, voltada ao Mal” (BEAUVOIR, 2009, p. 121) A frase de Beauvoir célebre que ficou registrada na história dos estudos do feminismo “não se nasce mulher, torna-se mulher”, proporcionou os primeiros passos para a caminhada dos estudos de gênero. Visto como construção social e não biológico, o gênero surge através de um processo de aprendizagem; homem e mulher, para se constituírem como tais aprendem a se portar como um ser masculino e um ser feminino, e isso ocorre através da socialização que lhes foram imputadas, necessariamente, não depende do sexo o seu estabelecimento.

Beauvoir discutiu sobre o papel do macho e da fêmea, trazendo dados da biologia animal, em que demonstra que o macho sobrepõe-se à fêmea. A representação da fêmea, REEL – Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, s. 2, ano 7, n. 8, 2011.

no meio animal é de dependência, o macho é o forte, a fêmea é o ser frágil, que sofre. Assim também acontece entre o homem e a mulher.

[...] é principalmente entre os pássaros e os mamíferos que o macho se impõe à fêmea; frequentemente ela o aceita com indiferença e mesmo lhe resiste. Por provocante ou tolerante que seja, é o macho de qualquer modo, quem *possui*, ela é *possuída*; ele pega, ela é pegada e a palavra tem, por vezes, um sentido muito preciso: ou porque tem órgãos adaptados ou porque é mais forte, o macho segura-a imobiliza-a; efetua ativamente os movimentos do coito. Entre muitos insetos, entre os pássaros e os mamíferos, ele a penetra (BEAUVOIR, 2009, p. 53).

A mulher é dominada pelo homem, ele é o Sujeito, ela o Outro. Quem controla o relacionamento é o homem, a mulher administra a casa e educa os filhos. De acordo com Beauvoir, a maternidade é um trabalho cansativo, benefício algum traz à mulher, a não ser danos ao corpo. A gestação é cansativa, o parto é doloroso e muito perigoso, o aleitamento se configura em uma servidão esgotante. Em suma, o corpo da mulher tende a ficar deformado.

A mulher, desde a infância, sente-se incompleta, a ausência do pênis a conduz a pensar assim. O complexo de castração a conduz a acreditar que é um ser pela metade, mutilado e isso a faz sofrer. Freud pressupõe que a menina tende a se sentir um homem mutilado. A idéia de mutilação, no entanto, implica comparação e valorização; muitos estudiosos da Psicanálise “admitem que a menina lamenta não ter pênis mas sem supor, entretanto, que a tiraram dela” (BEAUVOIR, 2009, p. 74). Tais concepções devem ter levado a mulher a ser vista de maneira inferior ao homem, e o patriarcado contribuiu para essa noção. Como bem destaca, a cartada do patriarcado não resulta do acaso ou de uma revolução ancorada na violência “Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos” (BEAUVOIR, 2009, p. 117)

Durante todo o tempo, a história das mulheres foi estabelecida pelos homens. Eles a narraram e a tornaram pública do jeito que lhes convinha. “O problema da mulher sempre foi um problema de homens” (BEAUVOIR, 2009, p.193). Beauvoir enceta que o controle ainda se encontra nas mãos dos homens, o patriarcalismo persiste. Não obstante, a mulher, quando deseja romper com o pré-estabelecido começa a lutar pelos

seus ideais. “Pelo fato de ter tomado consciência de si e de poder libertar-se também do casamento pelo trabalho, a mulher não mais aceita a sujeição com docilidade” (BEAUVOIR, 2009, p. 203).

A figura feminina consegue, com o trabalho, aproximar-se do homem, só com o exercício do trabalho poderia conseguir a tão almejada liberdade. Já que era tão desproporcional o distanciamento mantido entre ambos os sexos, no que diz respeito às funções desempenhadas frente à sociedade. Com as lutas, a mulher conseguiu o direito ao voto, ao trabalho fora do lar, assim como o homem, e percebeu que podia ser independente. As conquistas a fizeram ter mais força para buscar maiores direitos. A mulher independente imaginou que não se preocuparia com sua feminilidade, pois desejava e lutava pelos mesmos direitos do homem, para alcançar os feitos, necessariamente deveria se comportar como homens abolindo qualquer ação que comprovasse sua feminilidade.

Além do mais, a sexualidade feminina estaria comprometida, visto que, a independência social alcançada conduziria as mulheres a um complexo de inferioridade, haja vista que os cuidados com a beleza não seriam mais os mesmos. O encantamento de sedução começaria a desaparecer e agradar ao homem passaria a ser algo inexistente. Trabalhar fora não prejudicou o cuidado com o corpo pela mulher, pelo contrário, a preocupação em manter uma bela aparência continuou, além do mais, ela não perderia o desejo sexual. O casamento continuou fazendo parte do plano da mulher.

A própria mulher julga que, casando, assumiu encargos de que não a dispensa sua vida pessoal; ela não quer que o marido seja privado das vantagens que teria encontrado associando-se a ‘uma mulher de verdade’: quer ser elegante, boa dona de casa, mãe dedicada, como são tradicionalmente as esposas. É uma tarefa que se torna facilmente extenuante (BEAUVOIR, 2005, p. 895).

Mesmo com o trabalho privado, a mulher quer continuar exercendo as mesmas funções de mulher casada. Contudo, o mercado as recebe e as remunera pelos serviços prestados, só que o valor pago não condiz com as leis que se apregoam pela constituição. A remuneração do homem ainda é superior, mesmo que a função desempenhada pelo sexo oposto seja a mesma.

A terceira onda, por sua vez, iniciada na última década do século XX, perdurando até a atualidade, surgiu como concretização do pensamento feminista, como uma junção de todos os avanços conquistados anteriormente, nas ondas precedentes. Na realidade, esta é a onda da revolução, da tentativa de romper com os paradigmas de tudo aquilo que não é propício às mulheres. Congrega uma série de atividades e manifestos, um conjunto de movimentos no intuito de dar cada vez mais, visibilidade ao sistema excludente que impera ainda em boa parte do mundo. Um sistema em que mulher e homem não são equiparáveis perante a lei, e quando em algum país o são, na prática, a situação é outra, prevalecendo o jogo/a instância de desigualdades.

Esse momento atual em que a voz feminina tem procurado se expandir e se fazer verdadeiramente ouvir, põe em evidência a busca dos grupos feministas organizados em se autofirmarem numa relação sógnica, com sentido e significados coerentes e coadunados. A dificuldade de se encontrar tal afirmação identitária se justifica na efervescência de processos e aspectos instaurados desde os instantes finais do século XX, a exemplo da revolução tecnológica, dos processos de globalização e de redefinição das ideias, das metas e dos compromissos assumidos e relacionados pelas nações, no que concerne às políticas de direitos humanos.

Para alguns estudiosos e pensadores coetâneos, que procuram refletir de modo pontual sobre a presença e o crescimento da participação e do engajamento da voz feminina no cenário político e social, não chega a merecer o destaque que lhe seria devido, quando posto em paralelo com problemas crônicos enfrentados há longo tempo pela humanidade, como fome, endemias, violência, poluição ambiental, miséria e perseguições religiosas, dentre outras.

Tudo isso parece, de certa forma, colocar o grito contra o preconceito e a cultura de exclusão da mulher nas sociedades em segundo plano. No entanto, avanços significativos têm sido registrados quanto à afirmação e ao reconhecimento legal dos direitos da mulher. Basta, para tanto, tomar, a título de comprovação, o que se encontra registrado na Agenda Social da Organização das Nações Unidas e ratificado na Terceira Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, no ano de 1993, na cidade de Viena; na Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em

1994, e na Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, no ano de 1995. Nestas últimas, questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos ocuparam pauta de destaque, passando a serem reconhecidas oficialmente.

Apesar dessas conquistas, em muitos países e regiões do mundo, persiste sob a bandeira das práticas culturais, a desculpa legitimada para a discriminação contra as mulheres, a exemplo do que ocorre, na África, com a mutilação sexual de meninas, com a proibição do acesso delas à escola e ainda pela exigência da obediência severa e cega ao homem.

No Brasil, a Constituição de 1988 concedeu igualdade jurídica entre homens e mulheres no âmbito familiar e social. A profusão de associações e entidades não-governamentais favoreceu a promoção de redes articuladas de proteção e de construção de políticas de estímulo, de desenvolvimento, de inserção da mulher no mercado de trabalho e de atuação participativa na sociedade. Uma série de dispositivos constitucionais foram regulamentados, conforme cita Rodrigues (2002), a exemplo da Lei do Planejamento Familiar (1996/97); da Lei da União Estável (1996); da lei que estabelece as Cotas Femininas na Política (1995/97); da Lei de Proteção ao Trabalho da Mulher (1995/1999) e da Lei contra o Assédio Sexual (2001).

Ainda, consoante o pensamento de Rodrigues (2002),

considerando os avanços legais do ponto de vista dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, a característica maior da luta na atualidade é pela manutenção e implementação dos direitos conquistados. Paulatinamente, os movimentos de mulheres passam a incorporar a discussão sobre os efeitos do processo de globalização e da implantação dos programas de ajuste estrutural [...], particularmente sobre a vida das mulheres (RODRIGUES, 2002, p. 2).

Simone de Beauvoir via o gênero como algo construído socialmente e o sexo adquirido de maneira natural. Voltada para a metafísica ocidental, Beauvoir percorre a “doxa falocêntrica desde tempos imemoriais, a fim de denunciar justamente a redução da mulher a segundo sexo” (DUARTE, 2002, p. 29). Judith Butler, em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, desconstrói a ideia de gênero até então apreendida por Beauvoir. Sexo e gênero, por conseguinte, se apresentam como construídos socialmente. Essa autora discute que

se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2008, p. 25).

Butler desmistifica a noção de que o sexo é adquirido naturalmente. Estabelecendo, como o gênero, que o sexo também é discursivo e cultural. Para ela, os pressupostos teóricos feministas, que sustentam uma identidade baseada no gênero e não no sexo ocultava uma relação mais estreita entre gênero e essência, entre gênero e substância. Estar de acordo com o que fora estabelecido pelas feministas, a respeito de gênero e sexo, pressupõe acreditar que o gênero designaria uma essência do sujeito. A autora intenta romper com a metafísica da substância, pois, nas diversas teorias feministas, o sexo é apresentado substancialmente, como algo idêntico a si.

Ora, em oposição ao que havia sido anunciado pelas feministas, Butler percebe o gênero como “fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2008, p. 29).

2. Breve passeio pela história do cordel

Quando se fala de literatura brasileira ou de qualquer outra, é corriqueiro abordar a literatura dos “grandes escritores”, ou seja, a literatura considerada clássica, de prestígio ou mais elaborada. Na maioria das vezes, tal rotulação é fruto da atribuição de indivíduos pouco entendidos no assunto, ou mesmo sem qualquer espécie de formação técnica que os habilite ou os respalde a assumir esse tipo de postura.

Uma grande parte do público brasileiro não conhece a literatura “tradicional”, a “oficial”, contudo, não é preciso ter acesso a essa literatura para identificar-se com o contar e ouvir histórias. A literatura escrita culta surgiu a partir da tradição oral de contar histórias e, para tanto, o contador munia-se do pequeno pedaço de papel e do lápis, ou mesmo ditava para alguém registrar as histórias. Com o surgimento das

máquinas impressoras foi possível conhecer as obras de pequena tradição literária, isto devido a começarem a ser difundidas a um número bem maior de leitores. Histórias escritas em prosa, a maioria eram em versos já que facilitava o público analfabeto decorá-las quando lidas por outrem.

Esse foi o percurso do que ficou conhecido na França, literatura de (mascate); na Espanha, de *pliego suelto*; na Inglaterra, *chapbook* ou balada; em Portugal, literatura de cordel ou folhas volantes. No Brasil os estudiosos reintroduzem a denominação portuguesa chamando a literatura popular em versos de literatura de cordel, entretanto, no Nordeste os que a produzem e os que a leem chamam-na de folhetos. De acordo com alguns registros, é possível afirmar que a Literatura de Cordel chegou ao território brasileiro no século XVI com os portugueses e que o nome advém da maneira como eram comercializados os folhetos, às vezes expostos no chão ou simplesmente pendurados em cordas em lojas populares ou simplesmente nas ruas. Daí, portanto, chamá-los de cordel.

Impresso em forma de folhetos, em geral ilustrados, o cordel se mostra, na verdade, como poesia popular estruturada em versos, que evidencia as histórias mais tradicionais, narrativas antigas, as quais se encontram conservadas na memória de um povo e que também integram o conjunto da cultura popular que o identificam, sendo propagada no Brasil e até no mundo.

Até hoje é possível encontrar nas feiras de algumas cidades nordestinas esse tipo de literatura sendo vendida. Por representar baixo custo, acabam os folhetos por serem comercializados pelos próprios autores que utilizam a voz e a viola para recitarem nos locais públicos das cidades seus versos criativos cheios de conhecimentos, maneira de despertar a atenção de todas as pessoas através dos assuntos que neles são tratados, desde histórias políticas que envolvem disputas, a festas, e também brigas, mulheres, a seca ou até mesmo acontecimentos heróicos. Logo, é um gênero de poesia narrativa de representação de ideias, como também de tessitura crítica à sociedade. Arte poética de extrema importância, pois os versos denotam toda uma sociedade. Nesse caminho, a Literatura de Cordel se configura em história versada que trata do cotidiano, da situação político-social ou, simplesmente, fruto da imaginação do poeta.

Os folhetos noticiosos tratam de contar fatos acontecidos constituindo-se, portanto, em um grande acervo da representatividade cultural de determinada região. Tais obras foram produzidas, no início, por homens simples da população rural ou urbana. Isso continua, contudo, nos dias atuais, em que muitos que produzem esse tipo de literatura não se restringem apenas aos mais humildes. Independente de classe social homens e mulheres têm desenvolvido esses folhetos. O Brasil possui grandes representantes cordelistas. A Região Nordeste se configurou no palco de maior produção dessa literatura o que proporcionou o reconhecimento de uma história local. Paraíba, Ceará, Alagoas, Pernambuco e a Bahia são alguns dos Estados que detém grande concentração de poetas cordelistas. Os quais são responsáveis por representarem a cultura popular pelos quatro cantos do Brasil.

No que se refere ao Sul da Bahia, os poetas cordelistas assumem um papel de suma importância, pois a arte literária desenvolvida por eles propaga a região cacauzeira, com toda a sua história, o que propicia o povo brasileiro conhecer a maior região produtora de cacau, além de mostrar com os versos o auge e o declínio dessa produção. Devido ao seu imenso valor, inúmeros pesquisadores têm estudado esse gênero com grande dedicação, várias são as pesquisas que tomam o cordel como objeto de análise, como também é alvo da elaboração e execução de projetos que são desenvolvidos nas escolas. Uma forma de fazer com que essa cultura seja conhecida por todos os alunos e propagada com o passar dos anos, não caindo no esquecimento e assim, não desapareça. A Literatura de Cordel consegue traduzir os anseios e a própria voz do povo de uma forma literária, poética, criativa, valorizando a métrica, a rima e o cadenciamento da versificação.

A análise desses livretos propicia o conhecimento histórico. No sul da Bahia encontra-se um grande celeiro de representatividade da expressão cordelista, pois a gama de autores neste local detêm qualidade e valor. Mulheres e homens que conseguiram reconhecimento por abarcarem ou mesmo contemplarem em seus livretos uma diversidade de temáticas sociais, políticas e religiosas como por conseguirem constituir uma imagem, um discurso, um retrato identitário. Dentre esses grandes nomes da Literatura de Cordel se encontra: Janete Lainha Coelho, Minelvino Francisco Silva,

Chico Neto, Nelson Ribeiro (Azulão Baiano), Geraldo Maia, Gilton Thomaz, Ametista Nunes, Jotacê Freitas (Senhor do Bonfim), Ulisses Prudente da Silva.

3. Janete Lainha Coelho: a cordelista sul-baiana

Com o intuito de mostrar a representação da mulher nos cordéis, destaca-se a poeta Janete Lainha Coelho, cordelista da cidade de Ilhéus, cidade pela qual nutre carinho dos mais especiais. Leitora fervorosa das obras de Jorge Amado encontra-se inserida nos projetos culturais ilheenses, sendo uma das representantes da Casa dos Artistas, local de encontro dos demais artistas populares da região cacauzeira. Trabalhos culturais têm sido desenvolvidos em diversos pontos, entre eles, em destaque: escolas, praças e teatros. Contudo, o processo de desenvolvimento cultural não está restrito a cidade de Ilhéus, mas estende-se às cidades circunvizinhas, envolvendo todo o Sul da Bahia. A cordelista, Janete Lainha também é atriz. Denomina-se a *Gabriela* de Ilhéus, inspirada pelo romance de Jorge Amado. Ao recitar suas sextilhas mune-se de uma caracterização particular, vestida de Gabriela, a poeta traz aos ouvintes a representação de uma mulher que manifesta alegria pela vida, tem-se ora uma menina ora uma mulher.

Formada em Letras e Artes pela Universidade Estadual de Santa Cruz, a poeta e artista, assina seus livretos pelo pseudônimo: Nordestinha – A Trovadora Educadora. Detém pela educação grande esmero, o que a faz levar os cordéis e a encenação teatral aos alunos, principalmente os oriundos da rede pública. Janete Lainha classifica a linguagem da poesia que produz desvinculada de qualquer tipo de rigidez tradicionalista. Enuncia, contudo, ao seu leitor que este entrará em contato com versos de fácil assimilação, pois possuem um ritmo tipicamente nordestino e, o nítido enfoque social. A poeta prima pela liberdade poética, se expressando a partir de uma nova proposta flexível e maleável que surge ainda de maneira vagarosa, o que ela mesma nomeia por neo-cordel. Abre-se ao mundo e dele extrai o que lhe convém, criação particular, mas que evidencia fatos, muitas vezes, conhecidos por todos os leitores.

Tenciona-se, com isso, abordar a representação nas seguintes obras de Janete Lainha Coelho: “Os Desafios da Mulher tal e qual nos Tempos da Colher de Pau” e em “Eu

também sou candidata”. Os cordéis se constituem em verdadeira fonte documental para que se compreenda a figura da mulher, como ela é construída culturalmente, qual imagem a poeta deseja passar para seu leitor. Diante desse quadro, pretende-se abordar a representação nas obras supracitadas, no desejo de mostrar que se o poeta conhece, ele sabe representar.

4. A representação da identidade feminina no cordel

O Brasil possui grandes representantes no cenário cordelista. A Região Nordeste, em específico, se configura em celeiro de maior produção dessa literatura, como já mencionado. A Bahia, todavia, possui diversos poetas cordelistas, mas pouco se tem ouvido sobre eles e suas obras. A respeito do Sul da Bahia já não se sabe nada. Contudo, após ouvir diversos moradores sul-baianos, pode-se perceber que existem muitos homens produtores no cenário representativo dessa literatura popular, alguns que conseguem divulgar os livretos, e muitos outros ainda guardam consigo os seus versos. A figura feminina só não é inexistente porque a cordelista, Janete Lainha Coelho, tem mostrado grande performance na produção de livretos. Cordéis ricos em conhecimento regional que retratam o povo, o modo como vivem, propagando as suas particularidades para os quatro cantos do mundo, rompendo preconceitos, já que a mulher cordelista ainda é vista com descrédito na produção dos versos. O que se nota é que Janete Lainha consegue produzir livretos com rapidez e assim como um repentista, produz versos para qualquer indivíduo que a solicite. Além de escrever, vende os livretos em escolas, pois são muito educativos, e também os comercializa nas praias do litoral sul-baiano, conseguindo exportar para diversos países, estrangeiros compram com muito prazer.

Janete Lainha Coelho consegue usar a sua arte para tratar de um assunto que por considerável tempo a história deixou de lado: a figura feminina. A cordelista traça a história dessas mulheres excluídas, evidenciando os papéis executados por elas ao longo do tempo. Observa-se nos cordéis selecionados: “Os Desafios da Mulher tal e qual nos Tempos da Colher de Pau” e “Eu também sou candidata” é que ambos abordam especificamente a figura feminina enquanto elemento subjugado, ao tempo em que

acenam para o plano de constituição da luta histórica que as mulheres travaram na sua caminhada pelos direitos de igualdade perante os homens na sociedade.

A cordelista no folheto, “Os Desafios da Mulher tal e qual nos Tempos da Colher de Pau”, consegue imprimir nos versos um pouco da trajetória da mulher, deixa explícito quem realmente detinha o poder no setor privado e público. O homem era tido como o mantenedor, o que detém o direito de falar, o que dirige a família, o responsável por representar a esposa, sendo o seu porta-voz. O espaço ocupado pela mulher era somente o lar. Perrot (2005), em “As mulheres ou os silêncios da história” expõe que “o corpo das mulheres não lhes pertence. Na família, ele pertence a seu marido que deve “possuí-lo com sua potência viril. Mais tarde, a seus filhos, que as absorvem inteiramente.” (p. 447). O corpo era subjugado, numa relação de poder. O homem é o responsável pela mulher e pela família, o mantenedor. Como mostra os versos de Janete Lainha:

Homem é um provedor
Sustenta a família
É um grande batalhador (LAINHA, p. 3).

O que chama a atenção é a poeta, mesmo sendo uma mulher, demonstrar logo nos primeiros versos feição pela posição ocupada pela figura masculina, “um provedor”, “batalhador”, que “sustenta a família”, posição que tem sido desmistificada no tempo atual com os papéis assumidos pela mulher. Haja vista, que a mulher tem ganhado espaços, assumindo o papel de provedora, batalhadora e até mesmo, aquela que mantém o lar. Tais versos mostram que Janete Lainha assume posição inteiramente patriarcal na primeira estrofe do livreto. As mulheres tinham, de acordo com a cultura, que obedecer ao homem, quando não acontecia eram reprimidas e condenadas a castigos muitas vezes bárbaros.

Ao demonstrar a imagem do homem atrelada ao trabalho e ao que mantém a família, ela acredita que este ser detém função importante, a de provedor. Imagem que a história perpetuou por muito tempo e que em algumas sociedades continua a vigorar, contudo, no Brasil, essa ideia tem mudado gradativamente. Nos versos subseqüentes a cordelista expõe as tragédias enfrentadas pelas mulheres, reconhecendo as dificuldades e as tragédias enfrentadas em busca de estabelecer-se enquanto mulher e trabalhadora, em

prol de desmistificar a visão de “sexo frágil” que ainda prevalece. O que se sabe é que muito sofreram as mulheres e que ainda sofrem pelos preconceitos, mesmo tendo conseguido a igualdade entre os sexos, a figura feminina ainda luta insistentemente por salários dignos. A busca por igualdade entre os sexos provocou grandes lutas com resultados muitas vezes trágicos. Mulheres foram mortas, mutiladas, proibidas de aparecer.

Mutiladas em países da África
Censuradas em países Islâmicos
[...] Proibidas de exibir o rosto
Subjugadas como escravas (LAINHA, p. 3).

A Revolução Americana e a Revolução Francesa de acordo com Hidrata (2009), foram momentos de suma importância para a conquista da cidadania. Todavia, a Revolução Francesa confirmou a exclusão política das mulheres e, muitas vezes, as “antigas mobilizações feministas em favor da igualdade política somente tiveram impacto muito tempo depois” (HIDRATA, 2009, p. 35). As conquistas tencionadas pelas mulheres vieram de maneira um tanto vagarosa. A tão desejada igualdade, entre os sexos, embora alcançada, dificilmente se concretizou na prática.

Libertar é querer ir adiante
Já se nota a diferença
A busca é da igualdade
Eu já digo em sua presença (LAINHA, p. 6).

A luta travada pelas feministas se constituiu em protestos que intentaram “contra a exclusão política da mulher: seu objetivo era eliminar as “diferenças sexuais” na política, mas a reivindicação tinha de ser feita em nome das “mulheres” (um produto do próprio discurso da “diferença sexual”, como mostra Scott (2002, p. 27). Isso, de imediato, provoca um imenso paradoxo, de acordo com a autora. As reivindicações aconteciam através de passeatas nas ruas. Houve a queima de sutiãs em prol de uma liberdade igualitária que se estabelecesse pela lei. Contudo, Scott sinaliza que, na medida em que o feminismo levantava a bandeira de defesa das mulheres, fomentava a “diferença sexual” que procurava rechaçar. Tal paradoxo mostra-se como necessidade de aceitar e também de recusar a um só tempo tal diferença, algo que “permeou o

feminismo como movimento político por toda a sua longa história” (SCOTT, 2002, p. 27).

O cordel “Os desafios da mulher tal e qual nos tempos da colher de pau” ainda mostra algumas ações das mulheres durante as saídas pelas ruas, esse é um dos momentos mais importantes vividos por mulheres, é o grito pela busca de liberdade, de apresentação como mulher, de sexo forte, que vive e que merece ocupar espaço numa sociedade em que só reconhece o homem como batalhador. A partir de então, as mulheres assumem importância, merecem ser vistas não como incapazes, mas como seres proficientes que sabem o que querem e sabem lutar para conseguir. Para tanto, símbolos femininos que talvez demonstrassem aprisionamento da mulher ao seu corpo, são arremessados ao chão e queimados, o sutiã é um exemplo, a cordelista torna nítido em seus versos, algumas lutas travadas pelos movimentos feministas. Tem-se, portanto, o desejo de impedir o progresso da visão tradicional, arcaizante do patriarcado. Em que mulher não pode falar e merece total respeito ao homem.

Sutiãs foram queimados
A tal libertação sexual
O tradicional dizimado (LAINHA, p. 6).

É importante salientar que os movimentos feministas surgiram devido às diversas opressões que as mulheres vinham sofrendo no decorrer do tempo, que não eram poucas, como se verifica nos versos:

Mandar era para homens
Discriminadas no profissional
E agora fazem até móveis
E sentam pra ler o jornal (LAINHA, p. 6).

Esses versos além de exporem à subjugação das mulheres a imagem masculina, tornam explícito que a figura feminina mesmo adentrando no setor profissional, ainda é discriminada. Ser mulher ainda é sinal de dificuldade, pois lutar por espaço continua fazendo parte da vida delas. Permanecem lutando para serem vistas como seres dignos e capazes de estarem presentes em diversos campos de trabalho. Para firmarem-se socialmente combatendo as desigualdades sociais, culturais e políticas, as mulheres

conseguiram o direito ao voto que lhes fora negado devido às diferenças biológicas, assim como o direito ao trabalho e à equiparação sexual, inclusive lutando pelo exercício de cargo político. Como comprovam os versos do Cordel “Eu também sou Candidata”.

Também quero defender
Meu povo [...]
Quero é ser prefeita [...]
Podendo dar resultado
Em um tempo futuroso (LAINHA, p. 6).

Ocupar cargo político sempre foi um direito reservado ao homem, somente através de lutas é que a mulher conseguiu esse posto, não obstante, ainda em número reduzido. Janete Lainha imprime nestes versos o desejo de ser prefeita, expõe o anseio de ver no cenário político também a representação da mulher. Desmitificar, portanto, a concepção que ainda se encontra arraigada do patriarcado é uma tarefa que ainda exige luta constante. O estereótipo de “sexo frágil”, ainda é existente, acredita-se que quando comparada ao homem, a imagem feminina apresenta considerável desvantagem, a história se encarregou de registrar que a força é inerente ao homem. Por conseguinte, o ser dito “frágil” jamais poderia administrar uma cidade, já que a mulher só podia cuidar da casa e dos filhos. Assumir papéis antes reservados aos homens, como de representar o povo, já é algo realizado e percebido. As últimas eleições presidenciais do Brasil mostram a ascensão da mulher ao poder, a campanha presidencial utilizou o fato de nunca, na história brasileira, uma mulher ter assumido tal cargo, com isso buscou-se eleger a primeira mulher para o cargo de presidente da República do Brasil, o que foi verdadeiramente concretizado.

O cordel “Eu também sou candidata” evidencia a própria Janete Lainha Coelho utilizando as suas estrofes para propagar o desejo de conseguir se eleger prefeita da cidade de Ilhéus, na Bahia, verdadeira campanha eleitoral impressa. O livreto expõe as suas ideias, a proposta que deseja cumprir quando for eleita. A voz da mulher sendo propagada como sinônimo de força e coragem:

Ajudarei meus irmãos
Crianças da cidade inteira
Principalmente os desabrigados

Eu serei de todo hospitaleira
E ponho para trabalhar
Os que estão na bandalheira
[...]
Lutarei pelos direitos
Dos menos afortunados
Dos homossexuais e afros
Ou dos que são explorados
Das minorias dos índios
Dos que estão maltratados (LAINHA, p. 5).

Ela corrobora para fortificar a presença da mulher na política, mostrando que é capaz de assumir o cargo de prefeita e que pode lutar em prol do povo ilheense.

Fêmea sou pra lutar
Acabando com a patifaria
E o objetivo alcançar
Melhorando o dia a dia
Dando duro pra viver
O povo em mim confia (LAINHA, p. 7).

A mulher se apresenta não somente no cenário político, mas também em diversos campos do conhecimento. Estão presentes hoje em número substancial em escolas e universidades. O mercado de trabalho tem recebido em grande escala a figura feminina, mas ainda não se percebe a equiparação dos salários. A mulher ainda recebe remuneração inferior a do homem para o mesmo cargo ocupado. O olhar de demérito para com a mulher persiste. Poder fazer parte do mercado de trabalho por um longo tempo foi algo utópico para a mulher, contudo, os movimentos feministas possibilitaram a concretização deste desejo.

Beauvoir enceta que “Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta” (BEAUVOIR, 2009, p. 879). E declara que a conquista do voto pela mulher não lhe garantiu a sua perfeita libertação. “Somente em um mundo socialista a mulher, atingindo o trabalho, conseguiria a liberdade” (BEAUVOIR, 2009, p. 880). A autora deixa evidente que o homem, em sua plenitude, é um ser, por si só, completo. O privilégio que o homem tem, sentido desde sua tenra idade, concentra-se em sua vocação de ser humano. Algo que não contraria seu destino de macho, ao passo que para a realização da feminilidade, a mulher tem de se fazer “objeto e presa”,

renunciando a suas “reivindicações de sujeito soberano. [...]. Renunciar a sua feminilidade é renunciar a uma parte de sua humanidade” (BEAUVOIR, 2009, p. 882).

Quando a mulher abandona, de certa forma, o que já lhe era reservado e busca adentrar em um campo social, cultural e político ocupado pelo homem, como mostra o cordel “Eu também sou candidata”, observa-se que o ser feminino agora passa a almejar lugares, haja vista possuídos somente pelo homem. E isso, só lhe é possível, de acordo com as vitórias alcançadas.

[...]
Tá na Constituição
Eu sou parte, sou povão
Tenho representação
E disputo este cargo
Por toda nossa população [...] (LAINHA, p. 7).

Lutando por espaço, as feministas proporcionaram às gerações subseqüentes uma diferenciação quanto ao trato e o portar-se frente aos novos tempos. As ativistas possibilitaram às mulheres novo rumo, nova trajetória de vida. Saber conquistar os seus direitos, mesmo com dificuldades sempre foi o objetivo. Em “Eu também sou candidata”, tem-se a imagem da mulher atrelada à representação política. O dizer poético surge no desejo de autofirmação, a mulher quer e busca ocupar um cargo político – “ser prefeita” –, para representar o povo.

A história fez a mulher ser representada pelo homem, agora além de mostrar a si própria, ela deseja levar, ao conhecimento de todos, o trabalho que pode e vem desempenhando frente ao povo, para destruir a ideologia de mulher frágil, submissa, subjugada, inferior, que perdurou e ainda perdura na sociedade.

Janete Lainha Coelho finaliza o folheto cordelístico com o convite direcionado a todos os seus leitores, principalmente aqueles oriundos da cidade de Ilhéus, no desejo de que possam lhe confiar o voto.

Aqui fica o convite
Para você se aliar
No **PARTIDO DO CORDEL**
Sem se desmoralizar

5. Considerações Finais

Diante das análises expostas sobre as ondas feministas e a respeito da representação da figura feminina nos cordéis da poeta Janete Lainha, percebeu-se, nesses folhetos, a presença da constituição da luta histórica que as mulheres travaram na sua caminhada pelos direitos de igualdade. A trajetória de opressão é identificada no primeiro cordel analisado, evidenciando a exclusão social, cultural e política da mulher. No segundo, vê-se a imagem da mulher que luta pela participação efetiva na política, ansiando por ocupar um cargo representativo, algo jamais pensado durante o patriarcalismo.

Já no que tange a caracterização das ondas do feminismo procurou-se evidenciar uma amostragem da trajetória percorrida pelas mulheres na conquista de direitos e de afirmação como mulheres, em uma sociedade de ideologia machista. Os folhetos de cordel analisados apresentam crítica à ideologia da supremacia do homem. Os versos exprimem a história das lutas das mulheres, as opressões sofridas, além de exporem a vontade, que elas têm, em ocupar espaços antes restritos ao público masculino.

Dessa forma, foi possível perceber que a mulher para alcançar um espaço que lhe garantisse a participação atuante na esfera pública teve que enfrentar diversos obstáculos, muitos deles sem volta, a morte de muitas mulheres possibilitou o reconhecimento desse gênero. A história se encarregou de registrar um histórico de dificuldades enfrentadas pelas mulheres, que se encontrou envolto por concepções machistas e preconceituosas, todavia, as conquistas continuam acontecendo em um processo vagaroso e, ainda não desmistificado.

Referências:

BATISTA, C. P. *Mulheres em tempos de guerra: análise do comportamento e da moda feminina nos anos 20 e 50*. Fortaleza-CE, 2005. Disponível em:

<http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A077.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

BEIRÃO, J. A. F. *Remodelando corpos: as costureiras e suas reminiscências na Florianópolis de 1950*. 2004. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/11595.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

COELHO, J. L. *Os desafios da mulher tal qual nos tempos da colher de pau*. Ilhéus: [s. n.], [s. d.], n. 26.

COELHO, J. L. *Eu também sou candidata*. Ilhéus: [s. n.], [s. d.], n. 37.

FOISIL, M. A escritura de foro privado. In: ARIÉS, P.; CHARTIER, R. (Org.). *História da vida privada: da Renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. III.

RODRIGUES, A. Práticas sociais, modelos de sociedade e questões éticas: perspectivas feministas. In: SUSIN, L. C. *Terra prometida: movimento social, engajamento cristão e teologia*. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA, 2002.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Belo Horizonte, 2007. p. 153-172.

DUARTE, C. L.; DUARTE, Eduardo Assis; BEZERRA, K. C. (Org.) Feminismo e desconstrução: anotações para um possível percurso. In: _____. *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 13-31.

HIDRATA, H.; LABORIE, F. et al. *Dicionário crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

PERROT, M. *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru: Edusc, 2005.

SCOTT, J. W. Relendo a história do feminismo. In: A CIDADÃ paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002. p. 23-48.

ZENAIDE, M. de N. T. et al. (Org.). Diversidade de Gênero. In: _____. *Direitos humanos: capacitação de educadores*. João Pessoa: UFPB, 2008. v. 2, p. 41-56.

Recebido em 31/03/2011
Aprovado em 06/05/2011